



REFERÊNCIA: Projeto de Lei da Casa n.º 940/2024

AUTOR: DEPUTADO CLEITON CARDOSO

ASSUNTO: Disciplina a obrigatoriedade do gerenciamento adequado de resíduos sólidos gerados em eventos públicos, privados ou público-privados no Estado do Tocantins e dá outras providências

RELATOR: DEPUTADO PROFESSOR JÚNIOR GEO

PARECER DE RELATORIA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

I – RELATÓRIO

De autoria do Deputado Cleiton Cardoso, o Projeto de Lei em epígrafe disciplina a obrigatoriedade do gerenciamento adequado de resíduos sólidos gerados em eventos públicos, privados ou público-privados no Estado do Tocantins e dá outras providências.

Na justificativa do Projeto, o parlamentar argumenta que a realização de eventos traz diversos impactos ambientais associados, que se intensificam de maneira proporcional ao crescimento do setor.

Dentre os impactos destaca a geração de resíduos sólidos, discorrendo que sua má gestão e disposição inadequada comprometem a saúde da população, degradam os recursos naturais, especialmente o solo e os recursos hídricos.

Na condição de relator designado, compete nesta oportunidade, em atendimento às determinações do artigo 46, I, “a”, combinado com o art. 73, I, do Regimento Interno, analisar a proposta quanto aos seus aspectos

EM BRANCO

ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

constitucional, legal, jurídico e regimental, bem como a técnica legislativa empregada.

O Processo foi distribuído a esta relatoria para análise e elaboração de parecer jurídico (fls.11).

É o relatório.

II – ANÁLISE

A propositura é de natureza legislativa e, quanto ao poder de iniciativa, o Projeto de Lei não se encontra entre aqueles de iniciativa privativa, indicados no art. 27, § 1º da Constituição do Estado, facultando a qualquer Deputado apresentar projetos de leis.

O projeto versa sobre matéria que se insere na competência legislativa concorrente para dispor sobre a defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição (art. 24, VI da Constituição Federal).

No mérito, a propositura do Ilustre Deputado merece acolhida, dada a importância de estabelecer normas que orientem a gestão de resíduos sólidos gerados em situações cotidianas, numerosas e que reúnam grande quantidade de pessoas, como os eventos públicos ou privados.

A destinação adequada desse material, objetivo central do presente projeto, visa a evitar tanto os riscos à saúde pública quanto a degradação do solo e dos recursos hídricos.

Outrossim, com o intuito de conferir uma abordagem mais abrangente e sustentável à questão dos resíduos sólidos, considero essencial ampliar o escopo do projeto de lei para contemplar a participação de cooperativas e de catadores de materiais recicláveis, além de incluir observância à Lei Estadual nº 3.614, de 18 de dezembro de 2019, que instituiu a Política Estadual de Resíduos Sólidos – PERS.

Para tanto, apresento substitutivo ao Projeto de Lei n.º 940/2024, para fins de incluir a necessária observância ao disposto na Lei Estadual nº 3.614, de 18 de dezembro de 2019, que instituiu a Política Estadual de Resíduos Sólidos – PERS, bem como para orientar aos grandes geradores de resíduos - estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços - a darem preferência à atuação conjunta com cooperativas ou outras formas de associação de catadores,

EM BRANCO



contribuindo, assim, para a minimização do impacto ambiental e o fortalecimento da economia solidária.

Diante do exposto, sou favorável ao Projeto de Lei n.º 940/2024, na forma do substitutivo que segue em anexo.

III – VOTO

Ante o exposto, considerando não haver vício de constitucionalidade formal ou material, de legalidade e relativo à técnica legislativa, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei n.º 940/2024, de autoria do Deputado Cleiton Cardoso, na forma do substitutivo que segue em anexo.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 1 de abril de 2025.

JOSE LUIZ PEREIRA

JUNIOR:69385912100

Deputado **PROFESSOR JUNIOR GEO**

Assinado de forma digital por JOSE
LUIZ PEREIRA JUNIOR:69385912100

Dados: 2025.04.02 13:25:20 -03'00'

Relator

EM BRANCO

ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR JÚNIOR GEO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 940/2024

Dispõe sobre a obrigatoriedade do gerenciamento adequado de resíduos sólidos gerados em eventos públicos, privados ou público-privados no Estado do Tocantins e dá outras providências

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS DECRETA:

Art. 1º Esta Lei define exigências, obrigações e diretrizes para o gerenciamento adequado de resíduos sólidos gerados em eventos públicos, privados ou público-privados, a serem realizados no Estado do Tocantins, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e Lei Estadual nº 3.614, de 18 de dezembro de 2019, que instituem a Política Nacional de Resíduos Sólidos e Política Estadual de Resíduos Sólidos – PERS, respectivamente.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, considera-se gerenciamento adequado de resíduos sólidos o conjunto de atividades exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas pós-geração de resíduos, contemplando as ações relacionadas ao descarte correto, coleta, transbordo, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma da legislação.

Art. 2º O cumprimento das obrigações e exigências desta Lei recai sobre os organizadores dos eventos, os estabelecimentos onde serão realizados e os fornecedores dos materiais e produtos que gerem resíduos.

§ 1º Os organizadores ou os estabelecimentos onde serão realizados os eventos têm a obrigação de oferecer a estrutura necessária para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados pelos participantes, bem como incentivá-los a fazer o descarte correto.

§ 2º A obrigação definida no parágrafo anterior deverá ser prevista e constar do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS constante do artigo 3º desta Lei.

EM BRANCO

ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR JÚNIOR GEO

Art. 3º Caberá aos organizadores ou aos estabelecimentos onde serão realizados os eventos a elaboração de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e Lei Estadual nº 3.614, de 18 de dezembro de 2019, que instituem a Política Nacional de Resíduos Sólidos e Política Estadual de Resíduos Sólidos – PERS, respectivamente.

Art. 4º Os eventos públicos, privados ou público-privados deverão respeitar a ordem de prioridade estabelecida no artigo 9º da Lei Federal nº 12.305, de 2010 e art.10 da Lei Estadual nº 3.614, de 18 de dezembro de 2019, priorizando as ações voltadas à não geração e à redução da geração de resíduos.

Art.5º Para efeito de aplicação desta Lei, consideram-se eventos:

I - shows e festivais musicais;

II - festas e manifestações culturais;

III - congressos, seminários, workshops, feiras, convenções, encontros corporativos e congêneres;

IV - campeonatos esportivos de qualquer modalidade.

Art. 6º Caberá aos órgãos competentes, conforme definição estabelecida pela Lei Federal nº 12.305, de 2010 e Lei Estadual nº 3.614, de 18 de dezembro de 2019, a definição dos critérios e dos procedimentos necessários para autorizar a realização dos eventos qualificados no art. 5º desta Lei, respeitadas as diretrizes definidas na legislação própria e nos respectivos planos de gestão integrada de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Os procedimentos de acompanhamento e fiscalização do cumprimento do disposto no caput deste artigo poderão constar dos respectivos planos de gestão integrada de resíduos sólidos, que é o instrumento principal para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e de seus objetivos.

Art. 7º Caberá aos organizadores de eventos, aos estabelecimentos onde serão realizados e aos fornecedores dos materiais e produtos que geram resíduos a obrigatoriedade da destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados nos eventos, em conformidade com o estabelecido na legislação brasileira, em especial ao disposto na Lei Federal nº 12.305, de 2010 e Lei Estadual nº 3.614, de 18 de dezembro de 2019.

EM BRANCO



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR JÚNIOR GEO



Art. 8º A obrigação da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados nos eventos deverá considerar a participação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, preferencialmente a outras soluções ou parcerias.

§1º Os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços que geram resíduos deverão, preferencialmente, priorizar a atuação em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, em especial na etapa de destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados em suas atividades.

§2º São considerados estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços que geram resíduos aqueles que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares.

Art. 9º Cabe aos organizadores, aos estabelecimentos onde serão realizados e aos fornecedores informar e orientar os participantes, usuários e o público-alvo dos eventos sobre o correto descarte dos resíduos gerados, incluindo os materiais e os meios de comunicação utilizados para divulgar o evento.

§1º A obrigação da destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados nos eventos deverá considerar a participação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, preferencialmente a outras soluções ou parcerias.

§2º Em se tratando de eventos organizados pelo setor público, é obrigatória a participação efetiva de cooperativas de catadores de materiais recicláveis, com a respectiva contratação pelos serviços prestados, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela legislação em vigor.

§3º Os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços que geram resíduos deverão, preferencialmente, priorizar a atuação em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, em especial na etapa de destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados em suas atividades.

§4º São considerados estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços que geram resíduos aqueles que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares.

Art.10º As sanções e penalidades ao descumprimento do disposto nesta lei são as previstas na Lei Federal nº 12.305, de 2010 e Lei Estadual nº 3.614, de 18 de dezembro de 2019, e as definidas pelo titular da prestação dos serviços públicos de saneamento, em

BRANCO



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR JÚNIOR GEO



conformidade com o disposto na legislação específica, a serem aplicadas pelos órgãos competentes.

Parágrafo único. Poderá o órgão ambiental estadual aplicar sanções e penalidades previstas na legislação estadual, em especial as relacionadas ao descarte irregular de resíduos e à contaminação do ambiente.

Art.11º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 1 de abril de 2025.

JOSE LUIZ PEREIRA

JUNIOR:693859121

00

Assinado de forma digital por

JOSE LUIZ PEREIRA

JUNIOR:69385912100

Dados: 2025.04.02 13:37:28 -03'00'

PROFESSOR JÚNIOR GEO

Deputado Estadual

LIM BRANCO



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR JÚNIOR GEO



JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei n.º 940/2024 tem por objetivo incluir observância ao disposto na Lei Estadual nº 3.614, de 18 de dezembro de 2019, que instituiu a Política Estadual de Resíduos Sólidos – PERS, além de garantir a ampla participação da sociedade no gerenciamento dos resíduos sólidos em eventos, sobretudo das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis, que desempenham papel fundamental, contribuindo para a sustentabilidade ambiental, a inclusão social e a economia circular.

A realização de eventos, independentemente do porte, geram quantias vultosas de resíduos, que sem uma destinação adequada podem sobrecarregar aterros sanitários e causar impactos ambientais negativos.

Nesse contexto, as cooperativas de catadores são essenciais para a coleta seletiva, triagem e encaminhamento dos materiais recicláveis à indústria, promovendo a redução de desperdícios e a reutilização de recursos.

Além do benefício ambiental, tais cooperativas geram emprego e renda aos trabalhadores, estes que muitas vezes encontram-se em situação de vulnerabilidade social.

Ainda é relevante considerar que a atuação dessas cooperativas em eventos contribui para a conscientização do público acerca da importância de separação e destinação adequada dos resíduos, estimulando práticas sustentáveis.

Portanto, o gerenciamento de resíduos sólidos deve levar em conta a parceria entre organizadores de eventos e cooperativas de catadores como solução eficiente para minimizar os impactos ambientais, promover a inclusão social e fortalecer a economia circular.

Sala das Comissões, 1 de abril de 2025.

JOSE LUIZ PEREIRA
JUNIOR:69385912100

Assinado de forma digital por
JOSE LUIZ PEREIRA
JUNIOR:69385912100
Dados: 2025.04.03 16:11:55 -03'00'

PROFESSOR JÚNIOR GEO
Deputado Estadual

CONFIDENTIAL



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) Prof. Junior Geo, referente ao(a) PL nº 940 / 2024

OBS: _____

Encaminhe-se(a)(ao) Comissão de Administração Geral e
depo do comunicado

Sala das Comissões, 22 de abril de 2025


Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

MEMBROS EFETIVOS

Dep. VALDEMAR JÚNIOR(✓)	Dep. JORGE FREDERICO(✓)
Dep. LEO BARBOSA()	Dep. OLYNTHO NETO()
Dep. CLAUDIA LELIS(✓)	Dep. PROF. JÚNIOR GEO()
Dep. GUTIERRES TORQUATO()	Dep. GIPÃO()
Dep. MOISEMAR MARINHO(✓)	Dep. MARCUS MARCELO()

MEMBROS SUPLENTE